

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO.....JUIZADO  
COMARCADE BOA VISTA – RORAIMA.**

**CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 118.089 SSP/RR e inscrita no CPF sob o nº 29368413215, residente e domiciliado na Rua Campelo, 248– Bairro Jóquei clube, nesta cidade e com o seguinte Tel. 3626-2277, por seu advogado *in fine* assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS  
MORAIS**

em face da empresa **BCS SEGUROS**, CNPJ 48.076.897/0001-63, localizada no endereço Rua México, 164 – sala 52- Centro– Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-143, Tel. (21) 2524-4464, fax (21) 2524-6531, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

**DOS FATOS**

O Autor, em **18-09-2005 (sendo enviado a documentação dia 11-09-2008, doc anexo)**, sofreu fratura na clavícula e em ombro direito, com sangramento no pulmão, ocasionando calo ósseo em clavícula esquerda, limitação em movimentos de membro superior direito. Debilidade permanente de função de membro superior direito, conforme laudo do IML e do médico especialista (docs. Anexo). A invalidez, debilidade permanente, foi produzida em decorrência das seqüelas ocasionadas em virtude de acidente de trânsito, no município de Boa Vista, Roraima (docs. anexos).

Desta forma, o Autor apresentou toda a documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) nesta cidade, cujo valor devido era de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), pois a cobertura devida é de 40 salários mínimos, tendo em vista que o salário, à época do pagamento, era de R\$ 465,00,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais ), (docs anexos).

Entretanto, a Ré, seguradora responsável pelo pagamento, aproveitando-se da condição do Autor, que em razão da tragédia ocorrida e estando ainda fragilizado e impotente, em 26-08-2009, não efetuou o pagamento que lhe era devido, alegando falta de documentação, mesmo estando completa. **Importante salientar, que quando do envio da documentação em 11-09-2008 ocorreu a suspensão do prazo prescricional, conforme Súmula 09, Turma Recursal-RR. Desta forma a seguradora lesou o Postulante no momento em que ele e sua família mais necessitavam de auxílio (docs. anexos).**

## **DO DIREITO**

### **DO PRAZO PRESCRICIONAL**

O acidente ocorreu em **18-09-2005**, porém a documentação foi enviada em **11-09-2008**, suspendendo-se o prazo prescricional, em conformidade com a Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima, vejamos:

**" Súmula n.º 09 - DPVAT – PRESCRIÇÃO – INÍCIO. Prazo prescricional é contado da data em que ocorreu o acidente e suspende-se com a entrega da documentação na seguradora, nos termos da Súmula 229 do STJ. "**

### **DO VALOR DEVIDO**

A Lei nº 6.194/74, que regulamenta o seguro em referência, reza no seu art. 3º, alínea “a”, que a indenização por morte ou invalidez será no valor equivalente a 40 vezes o salário mínimo vigente, *verbis*:

**"Art. 3o. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**a) - 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;"**

A conversão de 40 salários mínimos à época do acidente, de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), resulta em indenização de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), o não pagamento demonstra flagrante equivocada “voluntariamente ou não”, a liquidação pela requerida, e o conseqüente pagamento.

A Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima aprovou Súmulas que confirmam o patamar de 40 salários mínimos, vejamos:

**" Súmula n.º 01 - DPVAT – VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução.**

Notório a responsabilidade do pagamento do seguro a que tem direito o Autor, porque a seguradora deixou de observar preceito legal específico que lhe obrigava ao pagamento integral de 40 salários mínimos. Desta forma vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a indenização que lhe é devido, que corresponde a R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), acrescentando-se, ainda juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo eg. TJRR, ambos desde o dia em que não houve o pagamento até o dia do efetivo cumprimento da obrigação.

## **DA INVALIDEZ**

Importante frisar que a lei determina a indenização por invalidez no valor máximo, sendo que para isso necessário o laudo pericial, que não necessita a aferição do grau de INVALIDEZ, conforme súmula da Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima:

**Súmula n.º 05 - DPVAT – GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente para fins de indenização do seguro DPVAT; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro.**

Desta forma o laudo de exame de corpo de delito do IMOL (doc. anexo), apresentado pelo autor, comprova a invalidez apresentada nos fatos.

**Súmula n.º 06 - DPVAT – COMPLEXIDADE - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o IMOL.**

## **DO DANO MORAL**

Inegável, outrossim, que com o ilícito praticado pela Requerida adveio resultado danoso ao Autor, consistente em sofrimento, angústia e humilhação, pois que no momento em que suportava gastos inesperados, foi enganado pela Requerida, que lhe indenizou com quantia menor do que a legalmente estipulada, tirando proveito do abalo psicológico que lhe dominava.

Na clássica definição de WILSON MELO DA SILVA, “in O Dano Moral e sua Reparação”, pág.11: “Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, em contraposição a

patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.”

Vejamos o que preleciona o ilustre doutrinador **Carlos Alberto Bittar**, em sua obra “Reparação Civil por Danos Morais”, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais:

**“Constituem, desse modo, perdas, de ordem pecuniária ou moral, que alteram a esfera jurídica do lesado, exigindo a respectiva resposta, traduzida, no plano do direito, pela necessidade da restauração do equilíbrio afetado, ou compensação pelos traumas sofridos que na teoria em questão se busca atender. É que de bens espirituais e materiais necessitam as pessoas para a consecução de seus objetivos”.**

De outro passo, como bem anota **MARIA HELENA DINIZ** em sua obra “Curso de Direito Civil Brasileiro”, pág.75: **“O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.”**

As conceituadas considerações são confirmadas e ratificadas nas jurisprudências de decisões de nossos Egrégios Tribunais de Justiça, como esta:

**“INDENIZAÇÃO - Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Verba devida. Irrelevância de que esteja, ou não, associado ao dano patrimonial. Art. 5º, X, da CF. Arbitramento determinado. Art. 1.533 do CC. Recurso provido para esse fim. (TJSP - Ac 170.376-1 - 2ª C - Rel. Des. Cezar Peluso - J. 29.09.92) (RJTJESP 142/95)”.**

Portanto, tendo a conduta ilícita da Requerida, causado ao Requerente excessiva lesão, pois a quantia que lhe foi arditosamente negada, teria servido também para pagamento de despesas médicas, hospitalares, de remédios, além de compensar, ao menos por alguns dias, a falta do sustento que trazia para o seio familiar como fruto de seu trabalho quando ainda sadio. Impende ressaltar ainda, até o fato do Autor, ter que hoje buscar seu direito no Judiciário enseja constrangimento.

**Como se pode observar no caso em pauta, não se trata o dano moral ora requerido, a mera recusa ao pagamento da indenização em sua totalidade, mas sim, da dor, humilhação e angústia sentida pelo requerente em ter seu direito violado, principalmente pela profunda necessidade em que se encontrava e ainda se encontra o requerente.**

Sendo assim, impõe-se a condenação também em reparar o abalo moral a que deu causa, mediante prestação pecuniária visando tanto compensar o Demandante, quanto punir a Demandada, inibindo assim, futuras espertezas da seguradora.

## **DO PEDIDO**

**Isso posto**, requer-se:

- a) a citação da Requerida, em festejo à celeridade, pelo telefone (21) 2524-4464 ou pelo fax (21) 2524-6531, ou ainda, no endereço Rua México, 164 –sala 52- Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-143, para que querendo, responda aos termos desta ação, no prazo legal, sob as penalidades legais;
- b) seja julgado PROCEDENTE este pleito, com a condenação da Ré ao pagamento de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), acrescidos de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação em razão do pagamento a menor do DPVAT;
- c) seja a Ré CONDENADA a pagar indenização pelos danos morais suportados, mediante quantia a ser arbitrada por Vossa Excelência, por ser medida de respeito ao ordenamento jurídico e de JUSTIÇA;
- d) os benefícios da justiça gratuita, em conformidade com a Lei nº 5.584/70 e 1.060/50, com redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, tendo em vista ser o Autor pobre na acepção do termo, conforme declaração de pobreza em anexo;
- e) Seja ainda a Ré condenada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em Direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior de novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo requeridas.

Dá-se a causa o valor R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Boa vista (RR), 2 de setembro de 2009.

Timóteo Martins Nunes

OAB/RR nº 503

**PROCURAÇÃO**

**Outorgante: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, portador do RG Nº 118.089 SSP/RR e inscrito no CPF Nº 293.684.132-15, residente e domiciliado na Rua Campelo, Nº 248 Bairro Jóquei Clube nesta Capital. Tel.: (95) 3626-2277/8119-9432.

**Outorgados: TIMÓTEO MARTINS NUNES**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RR sob o nº 503, localizado na Rua Risos do Prado, 600 – Pricumã – Boa Vista, tel. (95) 9971-4138, onde deverão receber intimações.

**Poderes específicos:** para representarem os outorgantes, concedendo-lhes clausula Geral de Foro, habitando-os, a praticarem todos aos atos do processo, propondo AÇÃO de indenização, em desfavor de, podendo atuar em qualquer instância, tribunal ou Juizado Especial, com poderes da clausula "**ad juditia**", podendo, pagar taxas, levantar importância e "alvarás", receber intimações, em fim dar plena e total quitação a empresa requerida, bem como realizar todo e qualquer ato que seja necessário ao cabal cumprimento do presente mandato particular, inclusive substabelecer.

Boa Vista-RR, 31 de agosto de 2009.

  
**CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

 

*Claudemir alves de Sousa*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 118.089 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 11.11.1991

NOME CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

Aldir Sousa Rodrigues

FILIAÇÃO Maria Alves dos Reis Rod

Vitorino Freire-MA  
NATURALIDADE

25.12.1966  
DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 4.153, fls. 66, liv. 12  
DOC ORIGEM Exp. Vitorino Freire-MA

OPF 293.684.132-15

Clodomir Carvalho Brito

Nº 7.116.000/83



## DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Eu, Cláudio Alves de Sousa, abaixo assinado,

portador do RG 448.089 órgão emissor SSP/RR

data de expedição 11 / 11 / 1991, e do CPF 293 . 684 . 132 - 35,

Venho declarar que resido na Rua Campelo

n 248, complemento \_\_\_\_\_, bairro foquei Clube

Cidade: Boa Vista UF RR, CEP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone: 366 - 2277 / 3119 - 9432

Boa Vista - RR, 31 de agosto de 2009.

Cláudio Alves de Sousa

Assinatura do Declarante

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu **CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, portador do RG Nº 118.089 SSP/RR e inscrito no CPF Nº 293.684.132-15, residente e domiciliado na Rua Campelo, Nº 248 Bairro Jóquei Clube nesta Capital. Tel.: (95) 3626-2277/8119-9432.

**DECLARO** para que produza os devidos fins de direito que sou pobre na acepção do termo e que não posso arcar com as despesas do processo sem prejuízo de meu sustento.

Por ser verdade a declaração acima, firmo a presente.

Boa Vista (RR), 31 de agosto de 2009.



**CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DATA DE ENTRADA			NÚMERO DE REGISTRO
MÊS	ANO	HORA	
18	09	05	183
		19:26	

25.12.66

01 IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
NOME		IDADE	SEXO
Claudemir Alves de Sousa			M
RUA / AVENIDA		COMPLEMENTO	
R. Camapelo		248	
BAIRRO	MUNICÍPIO	ESTADO	TELEFONE
Jaqueira Clube	BO	PR	
FILIAÇÃO	PAI	MÃE	

02 DO ACIDENTE			
RESIDÊNCIA	VIA PÚBLICA	TRABALHO	TRÂNSITO

03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA		
TRANSPORTADO	DE AMBULÂNCIA	REMOVIDO

04 TIPO DE ACIDENTE	
T. AUMÁTICO	QUEIMADURA
ENVENENAMENTO	CHOQUE ELÉTRICO
OUTROS (DESCREVER)	

05 SE ACIDENTE DO TRABALHO: ESPECIFICAR				
PROFISSÃO				
DIA	MÊS	ANO	HORA	OBSERVAÇÕES

06 DOENÇA OCUPACIONAL	
SIM	NÃO
QUAL (ESPECIFICAR)	

07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA	
ESPECIALIDADE	Paciente vítima do acidente
RESUMO CLÍNICO	Acidente que não responde bem às causas
EXAME FÍSICO	Verbal, anafórico, presença de
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO)	Exame físico, exame de urina e fezes
PARECER DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO)	De clínicos e radiológicos
PARECER DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO)	
Parecer do Dr. Sérgio Menezes	

DIAGNOSTICO	
PROVAVEL	DEFINITIVO

08 DESTINO DO PACIENTE	
REMOVIDO PARA	
INTERNADO NO(A)	

ALTA ☐ RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO ☐ SE; AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS? ☐

DATA RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

AUTENTICAÇÃO	
Certifico e dou Fé Que a Presente Cópia é Fiel Reprodução do Original que Foi apresentado neste Hospital.	
Boa Vista, 15 de 08 de 2007	
BOLIA	

## INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA

135 - faza de clare (E), supra subliniat,  
faza ~~este~~ i (D), punctul (E)  
Ab. atpatur r faza de clare.  
P# asupra fazei de clare.

meals & other  
meals & other

OUTROS:

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Rua Eduardo Gomes, s/n - Novo Planalto Tel. (095) 3263-2952  
CIRURGICO REALIZADO AO  
A.O.  
Certifico e dou Fé Que a Presente Cópia é Fiel Reprodução do  
Original que Foi apresentado neste Hospital.  
Boa Vista-RR, 15 de 08 de 07  
2004

DATA / HORA

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

## HORARIO

**OBSERVAÇÕES**

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES
11/11	Stopper o 2to xento		
11/11	Diclofenaco 100mg	2x	Alto
11/11	Paracetamol 1000mg	2x	Alto
11/11	Paracetamol 200mg	2x	Suspensão
11/11	20pts x cento		
11/11	Stopper 12x, 12x 100x		
11/11	Coluna cervical		
11/11	2x de 100mg		
11/11	Hematoxila e Hemoglobina		
11/11	Exame de urina		

FD-138  
Deposee see Inst 180  
OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL  
U.S. DEPT. OF JUSTICE  
WASHINGTON, D.C. 20530  
OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL  
U.S. DEPT. OF JUSTICE  
WASHINGTON, D.C. 20530

Dick stepped in cage after  
turning film 200g lens  
500cc 56Z SP 7 tube 69H 30pt vent  
Koller 195 W pad 6H x 2 90 x 60.  
13:00 T = 07:00 PW = 100  
F = 36°

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
GOLOMIA DE ALFAMBA DE TRANSMISSÃO

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

0418

ANO:

2007

Realizado às

11/05

COMUNICANTE: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

RG: 118089

O. EXP. SEPER. CPE: 001 004 123-15

PROFISSÃO COBRADOR

IDADE: 40

ENDEREÇO: RUA CAMPELO, 146

BAIRRO: JOQUEI CLUB

CIDADE: BOA VISTA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

SEXO: M

NATURALIDADE: VITORINO FREIRE

ESTADO: MA

DATA DE NASCIMENTO: 25/01/1967

GRAU DE INSTRUÇÃO: 1º GRAU INCOMPLETO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A)

TELEFONE: 9963-8123

Nº REG CNH: 031 347 32020

NOME DO PAI: ALDIR SOUSA RODRIGUES

NOME DA MÃE: MARIA DOS REIS RODRIGUES

Senhor Delegado,

Venho a presença de Vossa Senhoria para comunicar que aproximadamente às 19:05 de 12/09/2006 no bairro EURETIS a IMIGRANTES aconteceu o seguinte fato

Que conduzia a motocicleta Marca/Mod: 002807-HONDA/CG 150 TITAN KS, Ano Mod: 2004 Ano Fab: 2004 Cor: 15-VERMELHA, Placa: NAI9083/RR, Chassi: 9C2KC03104R009359 pela Rua Raimundo Pena Forte sentido bairro centro, quando no cruzamento com a Avenida dos imigrantes, colidiu com FIAT UNO de placa N4H-4724/RR que estava sendo conduzido pelo senhor ADAILTON DO NASCIMENTO SILVA. Houve pericia no local. O declarante sofreu lesão e ficou desacordado devido a violência do impacto. Que o declarante foi encaminhado ao pronto socorro do hospital geral de Roraima pelo resgate do corpo de bombeiros. Que veio registrar para fins de seguro DPVAT. Era o que tinha a declarar.

AUTENTICAÇÃO  
Esta cópia contém com o original que me foi apresentado em cartório.  
Boa Vista-RR 30/07/2008

ANTONIO PEREIRA MONTENEGRO  
Delegado de Polícia Civil  
020000056

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE COM DANOS MATERIAIS E LESÕES CORPORAIS

JOÃO RODRIGUES DA SILVA FILHO

Agente de Polícia

ClauDEMIR ALVES DE SOUSA

CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

Comunicante

Boa Vista 09/09/2007

DESPACHO

(FATO ATÍPICO, ARQUIVE-SE)

Trata-se de comunicação de um acidente pela qual o declarante sofreu lesões, Arquivar-se.

Delegado

DESPACHO

Delegado

DESPACHO

BU 09/09/07

Delegado  
Eduardo Henrique Barroso  
Delegado de Polícia



GOVERNO DE RORAIMA.  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.  
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML-RR  
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



**LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – LESÕES CORPORAIS nº 3.172/IML/RR/09**  
Destino: Delegacia de Acidentes de Trânsito

**AUTORIDADE REQUISITANTE**

- Delegado de Polícia Civil: **Leonardo da Cruz Barroncas**
- Requisição nº **587/09**, BO nº **0418/07**, datada em **27/05/09**

NOME: <b>CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA</b>	
NACIONALIDADE: <b>Brasileira</b>	NATURALIDADE: <b>Vitorino Freire/MA</b>
IDADE: <b>42 anos</b>	SEXO: <b>Masculino</b>
ESTADO CIVIL: <b>União estável</b>	COR: <b>Parda</b>
PROFISSÃO: <b>Autônomo</b>	TELEFONE: <b>8119 – 9432</b>
FILIAÇÃO: <b>Aldir Sousa Rodrigues e Maria Alves dos Reis Rodrigues</b>	
ENDEREÇO: <b>Rua: Campelo, Nº 248, Bairro Jóquei Clube</b>	
DOCUMENTAÇÃO: <b>RG nº 118.089 SSP/RR</b>	
DATA/ HORA DO EXAME: <b>28/05/09 às 08 horas e 03 minutos</b>	

Os **PERITOS OFICIAIS** abaixo, designados pelo Diretor do IML-RR, procederam ao referido exame, descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem. Em consequência, passam a fazer o exame pericial e investigações necessárias.

**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o documento original que me foi apresentado em cartório.  
**29/07/2009**  
**ANTÔNIO PEREIRA MONTENEGRO**  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 042000056

**HISTÓRICO**

- Periciando relata ter sofrido acidente de motocicleta, que quebrou a clavícula e fratura em ombro direito. Relata que ocorreu sangramento em pulmão.

**DESCRIÇÃO**

- Cicatriz cirúrgica de 10 cm em ombro direito. Calo ósseo em clavícula esquerda. Limitação em movimentos de membro superior direito. Cicatrizes de 1 cm x 1 cm localizadas bilateralmente em região de hipocôndrio.

**CONCLUSÃO**

- Lesão causada por ação contundente, com perda de função de membro superior direito.

**QUESITOS e suas RESPOSTAS**

- 1º Há ofensa à integridade física ou a saúde? **HOUVE.**
- 2º Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
- 3º Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **NÃO.**
- 4º Houve Perigo de vida? **PREJUDICADO.**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- 6º Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM, DEBILIDADE PERMANENTE DE FUNÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO.**

E por ser verdade digitei este laudo, que depois de revisado, será assinado pelos Peritos Oficiais e por mim: Aurilete da Silva e Silva:

*Dr. William Jorge Fernandes Neves*  
**MÉDICO LEGISTA**  
CRM 125

**GUSTAVO FILLON D. FLORA**  
Odonto Legista  
CRO 256/RR

**IML**

Av. Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade.  
Tel. Geral (05) 2121-3400 Direção (05) 2121-3430





GOVERNO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**RECEITUÁRIO**

NOME: Cláudio A. de Souza

Remédio Prescrito:

Uso: Cláudio A. de Souza  
de Souza, sofreu acidente  
de trânsito tendo  
patrimônio da clauderle  
esq., dispensação de remédio  
clauderle, 250, 1000  
fora de fora.

for substituído o ci-  
verficação o - 250 do  
interrompido de dispensa.

DATA:           /          /          

ASSINATURA E CARIMBO

com o mesmo clausulado  
e drenado os hematomas  
direito e esquerdo. A  
fratura da clavícula  
esquerda foi tratada  
com alicate Presso.  
(Tratamento conservador)  
Apresenta limitação  
de abdução do M.D., dor  
ao movimento de o-  
bra do I.

Dr. Carlos Alberto Neves  
ORTOPEDISTA  
CRM-RR 80

25  
09  
07



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO E SINISTRO DPVAT

Nº DO SINISTRO 2008/355870

EU, CLAudemir ALVES DE SOUSA PORTADOR(A) DO

RG Nº 118.089 EXPEDIDO POR \_\_\_\_\_, EM DATA \_\_\_\_\_

CPF 29362413215 / CNPJ \_\_\_\_\_

NA QUALIDADE DE FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT DA VÍTIMA

CLAudemir ALVES DE SOUSA AUTORIZA

SEGURADORA BRS SEGUROS A EFETUAR O RESPECTIVO

CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

1. ☐ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE :

Nº BANCO \_\_\_\_\_ Nº AGÊNCIA \_\_\_\_\_ C/C \_\_\_\_\_

2. ☒ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

Nº BANCO 237 Nº AGÊNCIA 01383 C/P 0510132-8

3. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

Nº BANCO 001 Nº AGÊNCIA \_\_\_\_\_ C/P \_\_\_\_\_

4. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA \_\_\_\_\_ C/P \_\_\_\_\_

5. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA \_\_\_\_\_ C/P \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITAÇÃO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Boa Vista-RN 11-09-2008  
LOCAL / DATA

CLaudemir alves de souza  
ASSINATURA DO FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A)

Imprimir

Fechar

## processos

De: **Mariana Nogueira Salgado Cianelli de Oliveira** (marianacianelli@ig.com.br)

Enviada: quarta-feira, 26 de agosto de 2009 18:52:01

Para: telvia@click21.com.br; edsonsantiago (edsonsantiago@click21.com.br); Kael  
(kaelitajuba@click21.com.br); Dioleno Nóbrega Silva (dioleno\_ssilva@hotmail.com)

Boa tarde, gostaria de passar pendência da fenaseg:

Antonia Soares de Sousa - 2009/241300

"Relatório de tratamento/internamento com os tratamentos clinicos, cirurgicos, fisioterapicos, e a alta definitiva"

**Claudemir Alves de Sousa - 2008/355870**

"Apresentar a complementação da documentação medica relativa ao atendimento/ internação/ tratamento da vitima durante o período compreendido entre a data do acidente e a data definitiva"

Att

MARIANA